



ATA DA 7.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA REAL

----- Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Sede desta Freguesia, sita na Rua D. António Valente da Fonseca, em Vila Real, reuniu a Assembleia de Freguesia, em Sessão Ordinária, estando presentes todos os seus membros, com a exceção de Alda da Conceição Rodrigues Claudino (PS), João Duarte Lopes Teixeira (PS) e Manuel da Conceição Coutinho (PSD), sendo substituídos, respetivamente, por Marie Claire Moreira Canário Fernandes (PS), Ângelo Augusto da Costa Simões de Almeida (PS) e Maria Fernanda Pinto Fernandes (PSD), com a seguinte Ordem de Trabalhos e respetiva deliberação. ---

----- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, António Alves Martinho, coadjuvado por Joana Isabel Ferreira dos Santos Pina, Primeira Secretária, e por Marie Claire Moreira Canário Fernandes, Segunda-Secretária, deu início à sessão, dando as boas-vindas, e agradecendo a presença de todos. -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- No início dos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, António Alves Martinho, pediu a apreciação e votação da Ata da 5.ª Reunião Ordinária da Junta de Freguesia, tendo sido aprovada por unanimidade, após uma pequena alteração sugerida pelo membro da Assembleia Nuno Oliveira Santos (PSD). De seguida, João Almeida (PSD), após os cumprimentos, parabenizou o Presidente da Junta de Freguesia pela sua nomeação para o Conselho de Administração das Águas do Norte, questionou sobre um possível conflito de interesses entre ambos os cargos e mostrou preocupação com o facto da capital do Distrito ter deixado de ter representação na Assembleia da República. Em seguida, referiu algumas preocupações relativas à Escola Camilo Castelo Branco, tais como, se existia algum parecer sobre as obras a realizar no anexo da escola, se havia algum estudo de suporte a tal intervenção e qual seria o valor da obra, e se haveria alguma hipótese de a juntar ao Conservatório de Vila Real formando uma escola de artes. Referiu também que não tem visto muitas pessoas a frequentar a renovada Avenida Carvalho Araújo e que chegou ao seu conhecimento que o ACES iria ser encerrado e que as corridas não se iriam realizar este ano. Por fim, referiu que o buraco deixado pela palmeira junto ao Jardim da Carreira já foi tapado, tendo parabenizado o Município e a Junta de Freguesia por este trabalho. Vítor Gomes (PS) tomou da palavra para cumprimentar todos os presentes e, como resposta a João Almeida (PSD), referiu que a criação de uma escola de artes é responsabilidade da Tutela. Acrescentou que não se revê no panorama negativo traçado por João Almeida (PSD); quanto ao ACES desconhece a possibilidade de fecho do mesmo e, quanto à presença de poucas pessoas na Avenida, discordou enfatizando que tal perceção depende do momento em que ali se passa. Relativamente às corridas, disse que se irão



realizar, estando já o fim de semana marcado, e afirmou que haverá uma prova internacional, pelo que, em seu entendimento, não há nenhuma diferença em relação aos anos anteriores. Por fim, quanto à nomeação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia para o novo cargo, referiu que a bancada do PS não vê nenhum conflito de interesses nem inconveniente na mesma. De seguida, usou da palavra João Rebelo da Silva (CDS), que cumprimentou a Assembleia e referiu que, acerca dos novos contentores para resíduos orgânicos, não se aprendeu nada com a COVID-19, acrescentando que não discorda da ideia mas sim do método, já que considera que com o calor vão aumentar os problemas com maus odores e mosquitos, e deveriam ter um mecanismo de abertura e fecho de modo a não ser necessário usar as mãos. Acrescentou que, embora não seja da competência do Presidente da Junta, tinha visto há dias uma reportagem, na qual se dizia que até 2025 os Municípios iriam acabar com a taxa de resíduos da água, tendo achado interessante esta ideia. Concluiu questionando o Executivo se tinham a perceção de que os atestados de residência atribuídos pela Junta de Freguesia aos migrantes, no âmbito dos processos de aquisição de nacionalidade portuguesa, seriam apenas para conseguir regularizar a situação em Portugal e, posteriormente, se fixarem noutras cidades. Em seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Francisco Rocha, que começou por saudar todos os presentes. Agradeceu as palavras de João Almeida (PSD) quanto à sua recente nomeação para a Águas do Norte e referiu que, de acordo com a Lei, não existe qualquer conflito de interesses com as funções desempenhadas na Junta de Freguesia, e que cumpriu todos os procedimentos legais e de comunicação a que está sujeito, particularmente, à IGF. Disse também que exerceu e procurou exercer sempre o seu mandato na Assembleia da República de forma digna e que a vida política pode ser desempenhada em vários locais. Referiu ainda que não partilha da reflexão de João Almeida (PSD) sobre a cidade, já que consegue dizer com alguma certeza que a situação não é assim tão negativa. Fez notar um balanço positivo e vê a cidade com vida, não nos podendo esquecer que existem inúmeras obras ainda em curso e considerando que a cidade tem certamente potencialidade para vir a crescer. Acerca da sua reflexão sobre a Escola Camilo Castelo Branco, referiu não conhecer o projeto pedagógico da mesma, e sobre a obra a efetuar, mas está convicto de que será um projeto conservador, dada a elevada probabilidade de se encontrar vestígios arqueológicos naquela zona. Sobre a questão do encerramento do ACES, sabe que há um projeto de transferência de competências em curso, não havendo ainda nenhuma decisão política a esse respeito. Finalizou, dando resposta ao membro João Rebelo da Silva (CDS), afirmando que já foi sugerida a colocação de pedais para abertura dos novos contentores para resíduos, e que é necessário haver um forte investimento na consciencialização da população relativamente à separação do lixo. Por fim, pediu novamente a palavra o membro da Assembleia Vítor Gomes (PS),



que já no seu uso referiu que podemos olhar para a questão da atribuição dos atestados de residência de várias perspetivas, uma vez que esta não é uma visão líquida e não pode ser generalizada. Deu como exemplo o aumento do número de crianças na escola primária de Vilarinho da Samardã e um grande número de migrantes a trabalhar no setor da restauração. -----

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- **1. Apreciar a informação escrita do Presidente de Junta de Freguesia, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Nuno Oliveira Santos (PSD) teceu algumas notas sintéticas: sobre a implementação do Espaço Cidadão questionou se existia mais alguma informação relevante a partilhar, e como poderiam contribuir para a divulgação à população; sobre a separação dos resíduos orgânicos, se se pode reforçar a sua divulgação através da Câmara Municipal; relativamente ao protocolo celebrado com a ANAFRE e ao apoio às freguesias, se há possibilidade de candidatura a Fundos do Portugal 2030; apresentou uma nota de agradecimento pelo convite recebido para a divulgação do concerto da Banda de Mateus na Igreja de S. Pedro, enaltecendo a iniciativa e sugeriu que se deveria repetir mais vezes; questionou se havia alguma novidade sobre a obra no Bairro da Santa Maria; por último, apresentou uma sugestão relacionada com questões de comunicação, nomeadamente, quanto ao site da Junta de Freguesia, onde entende que as competências da Junta deveriam estar expostas de uma forma mais clara. O Presidente da Junta de Freguesia respondeu e referiu que a obra do Espaço Cidadão já se encontra concluída, faltando apenas o mobiliário, a sinalética e a formação dos recursos humanos. Acerca do protocolo da botija de gás, o público alvo já estará esgotado uma vez que todos os beneficiários já estarão abrangidos; quanto ao acesso aos fundos do Portugal 2030 disse que a ANAFRE está a negociar com o Governo o acesso a esses fundos; sobre a obra no Bairro de Santa Maria, informou que o local está encontrado e que o projeto estará praticamente concluído para depois se articular a concretização do mesmo com a Câmara Municipal e a Freguesia de Mouços e Lamares. -----

----- **2. Apreciar e votar os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2022, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para proceder a uma breve explicação do documento. Já no seu uso, Francisco Rocha referiu que o relatório de gestão é claro e explícito. Os resultados são muito bons, e que está explanado no documento o motivo de não se conseguir ir mais longe. Além disso, o Parecer do ROC é claro e o exercício para 2022 contempla o aumento da inflação, bem como do



preço dos bens e serviços. Disponibilizou-se, de seguida, para os esclarecimentos que fossem considerados necessários aos membros da Assembleia. O membro da Assembleia Nuno Oliveira Santos (PSD) usou da palavra para perguntar se a taxa de execução da receita se assume melhor do que nos anos anteriores e, quanto à taxa de execução da despesa refere que, no seu entendimento, deveria ser usada para investir, por exemplo, em comunicação (brochuras, info-mail, etc.) tal como já tinha sugerido em Assembleias anteriores. De seguida, usou da palavra Vítor Gomes (PS), referindo não ter comentários a tecer sobre as contas, uma vez que o documento é claro, perceptível e de fácil leitura. Acrescentou que esta prestação de contas se refere ao ano anterior e reflete o exercício e a ação política desenvolvida por este Executivo. E, comparando com o ano anterior, verifica-se uma ligeira penalização do lado da despesa devido à obra da Almodena que foi decidido não concretizar. Concluiu referindo que a obra do Polidesportivo de Montezelos é muito importante e que está concluída e, em relação ao Espaço Cidadão, disse que todos o queremos ver aberto o mais rápido possível mas é necessário que esteja tudo pronto aquando da abertura. João Rebelo da Silva (CDS) usou da palavra e referiu que, em relação ao orçamento, é obviamente um documento político e relativamente ao Polidesportivo de Montezelos, concorda que foi uma boa obra da qual também usufrui, sendo o seu único problema a falta de iluminação adequada. Por fim, usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que abordou a questão da evolução dos saldos, tendo referido ainda que há uma gestão ao nível de todo o mandato no sentido de precaver investimentos. A Junta de Freguesia procura responder a todas as solicitações feitas pelos seus fregueses, procurando encaminhá-los para as entidades competentes, sempre que tais solicitações saiam da esfera da sua competência. -----

----- Postos à votação foram aprovados com oito votos a favor (PS) e cinco abstenções (PSD e CDS). -----

----- Os membros da bancada do PSD e do CDS entregaram uma declaração de voto, que foi devidamente anexada a esta ata. -----

----- **3. Apreciar o inventário dos bens, relativo ao ano de 2022, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º e da alínea e) do n.º 1 do art.º 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Não se verificaram questões ou intervenções. -----

----- **4. Aprovar a proposta relativa à primeira alteração modificativa orçamental e do Plano Plurianual de Investimentos relativa ao ano económico de 2023, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----



----- Não se verificaram intervenções. -----

----- Posta à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Período Depois da Ordem do Dia:** -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questionou os fregueses presentes a assistir à Sessão Ordinária se queriam fazer alguma intervenção, mesmo sem terem efetuado inscrição prévia. Os fregueses agradeceram mas não se verificaram intervenções. João Rebelo da Silva (CDS) também agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia por permitir que os fregueses se manifestassem. -----

----- Cumpridos os pontos da Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a reunião por encerrada, pelas vinte horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, tendo sido aprovada de imediato, em minuta, para produzir os efeitos legais e que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa desta Assembleia de Freguesia. -----

A Mesa da Assembleia de Freguesia

Presidente – António Alves Martinho

1º Secretário – Joana Isabel Ferreira dos Santos Pina

2º Secretário – Marie Claire Moreira Canário Fernandes

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto nº 2 da Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia – 20 de abril de 2023

No que concerne à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2022, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, cumpre-nos dizer o seguinte:

- O documento de prestação de contas de 2022, apresentado, para discussão e votação, é um documento que reflete o ano económico findo (2022), onde espelha os resultados das estratégias políticas e financeiras desenhadas pelo partido socialista.

- Entendemos que o equilíbrio orçamental, tal como a poupança, são relevantes na gestão de qualquer organização, mas também não podemos levar este conceito à exaustão. Se as receitas orçamentadas, principalmente as correntes, se concretizarem, e certamente concretizam-se naturalmente, então se não as aplicarmos, o resultado é simples: resultam em cativações que, obrigatoriamente, geram saldos positivos.

- Não somos apologistas do endividamento, mas temos dúvidas de que os saldos permanentes, sejam sinónimo de gestão eficaz, para a população de Vila Real.

- Referir, ainda, que a posição assumida pelas bancadas do PSD e do CDS, nada tem a ver com os aspetos técnicos, subordinados à elaboração dos documentos aqui apresentados, mas antes com meras opções políticas.

Assim, em prol do respeito democrático, os membros da bancada do PSD e o membro da bancada do CDS-PP, eleitos pela coligação Vila Real à Frente, **abstêm-se na votação do ponto em referência**, reafirmando, contudo, que manterão o seu papel colaborativo, mas atento, crítico e fiscalizador, perante uma estratégia de ação política que se pretende cada vez mais ativa e próxima dos Vila-Realenses.

Vila Real, 20 de abril 2023